

Novo pacto político, saída para sucessor

CARLOS CHAGAS

E agora? Melhor seria responder passando a resposta: "E agora, José?" A Constituição foi cumprida em sua plenitude, tornando-se José Sarney o sucessor legal de Tancredo Neves. Caber-lhe-á, de seu turno, cumprir a Constituição. Mas a equação invertida não responde à pergunta maior. Porque acima e além das tarefas estabelecidas na lei escrita abre-se ao novo presidente cumprir a lei não escrita. Maior e mais difícil, porque se resume em realizar a Nova República, e a Nova República não cabe na Constituição. Pelo contrário, propõe-se a revogá-la e substituí-la por outra.

O artigo 81 do texto constitucional vigente prevê 22 atribuições específicas do presidente da República, iniciando-se pelo exercício da direção superior da administração federal e passando por muita coisa a mais, do início de processos legislativos à promulgação de leis, da nomeação de ministros a relações com os Estados estrangeiros, do exercício do comando supremo das Forças Armadas à prestação de contas ao Congresso.

Mas as principais tarefas de José Sarney, para que possamos saber o que vai acontecer agora, não estão inseridas na Constituição, nem poderiam, nenhum de seus artigos prevê que o novo presidente deva realizar a Nova República. Ou que precise compatibilizar o Estado com a Nação. Muito menos se lê, na Carta de 1969, que o País necessita urgentemente relegá-la ao lixo da História, já que uma das maiores propostas de Tancredo Neves era e continua sendo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para dotar a Nação de um novo texto constitucional.

Também não se encontrará, na Constituição atual, um artigo referente ao férreo combate à inflação, sob pena de sobrevir o caos. Onde está disposto que sem reformas sociais de emergência, imediatas, será difícil conter as massas mais do que esmagadas? Ou que a corrupção precisa ser punida implacavelmente, para o restabelecimento da credibilidade nacional nas autoridades públicas?

Para concretizar essas e outras promessas que serviram para levar Tancredo Neves à Presidência da República — não ele, José Sarney necessita conquistar o apoio popular. Celebrar um pacto político próprio com a sociedade, partindo de onde Tancredo Neves parou. Das dificuldades econômicas aos problemas sociais, dos obstáculos político-institucionais ao vazio administrativo, o presidente eleito começaria alegando o respaldo inequívoco de que dispunha. Seu sucessor, não. Estará obrigado a argumentar com fatos e realizações.

Tome-se o combate à inflação. Todos aceitariam a política de austeridade e contenção, com seus sacrifícios. Ela estava enunciada em textos, entrevistas e discursos de

Tancredo. Francisco Dornelles seria o alter-ego do presidente. Faria as vezes de sua voz, agindo em seu nome. Na falta de Tancredo Neves, certamente por isso mesmo, o ministro da Fazenda recebe acutiladas de todos os lados, inclusive de dentro do próprio governo. Será mantido e prestigiado, mas o novo respaldo bastará para substituir o anterior? Ou não estão na rua, faz duas semanas, movimentações para desestabilizá-lo?

Em paralelo, José Sarney deve adotar iniciativas sociais de urgência, limitado pela contenção. Tancredo Neves não perderia a simpatia e o apoio nacionais, fazendo menos do que a expectativa geral. Mas seu sucessor? Ninguém se deve iludir com o refluxo de alguns movimentos grevistas, ontem, motivado pela comoção e o impacto da morte de Tancredo. As lideranças sindicais concederam uma trégua. Não assinaram a paz. Poderão e até deverão recrudescer, em alguns dias ou semanas. E aí as coisas se arriscam a entrar em ebulição, sabendo-se, como se sabe, que os radicais de um lado e de outro sempre se aproveitam de situações semelhantes.

Mesmo no plano das instituições políticas, as dúvidas persistem. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, coordenaria a política do governo em nome de Tancredo. Beberia pelas suas mãos. Outro é o estilo de José Sarney. Assim, ignora-se como o governo enfrentará as eleições de prefeito das capitais, este ano, e de governador e parlamentares, no ano que vem. Nos pleitos majoritários, haverá possibilidade de preservação da Aliança Democrática, com candidatos comuns ao PMDB e ao PFL? Ou as duas legendas entrarão previamente em choque, com vistas à vitória individual naquela disputa?

E em termos de Assembleia Nacional Constituinte? Que tipo de Anteprojeto o governo encaminhará ao Congresso, como colaboração, depois de, certamente, haver tomado a iniciativa da convocação ao menos pouco ortodoxa? A iniciativa oficial irá prever alterações nas ordens econômica e social? ou, em contrapartida, sustentará as estruturas vigentes? Sendo assim, em que somatória de forças o novo governo se apoiará, presumindo-se o PMDB mais à esquerda, o PFL mais ao centro?

Por tudo isso não dá, em sã consciência, para arriscar uma resposta ou mesmo uma previsão ampla, diante do "e agora?". Talvez a resposta esteja em mestre Carlos Drummond de Andrade. O José não pode fugir para Minas. Minas não há mais, ou custará a haver, com a morte de seu filho mais ilustre. Haverá parede fria para se encostar? Será que o mar secou?

Problemas e dificuldades, José Sarney enfrentará de qualquer forma, ainda que vá depender da construção de seu pacto político a maneta de tentar superá-los e a possibilidade de resolvê-los.



No Planalto, com o general Denys: Sarney, o sucessor